

# O papel do serviço de extensão no desenvolvimento do turismo nas comunidades Quilombolas do Vale do Ribeira

João Henrique Souza Pires

**Como citar:** PIRES, J. H. S. O papel do serviço de extensão no desenvolvimento do turismo nas comunidades Quilombolas do Vale do Ribeira. *In:* NOVAES, H. T. (org.). **Movimentos sociais e políticas educacionais na Era da barbárie.** Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2020. p. 397-432. DOI: <https://doi.org/10.36311/2020.978-65-86546-99-6.p397-432>



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-No comercial-Sin derivados 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

# O PAPEL DO SERVIÇO DE EXTENSÃO NO DESENVOLVIMENTO DO TURISMO NAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS DO VALE DO RIBEIRA

---

*João Henrique Souza Pires<sup>53</sup>*

## **Introdução**

O presente trabalho tem como objetivo apresentar alguns apontamentos sobre as relações e os procedimentos práticos, teóricos e metodológicos aplicados por agentes de extensão no processo de desenvolvimento do circuito de turismo quilombola do Vale do Ribeira em São Paulo.

Desde a perspectiva econômica, nos últimos anos o meio rural passou por um processo de dinamização, não apenas pelos grandes complexos setoriais do agronegócio, mas também porque atinge determinados segmentos sócio produtivos de resistência a lógica capitalista.

Nessa dinâmica, conceitos como “pluriatividade” e “multi-funcionalidade” vêm sendo utilizado para entender/explicar um “novo rural” que se conforma e que muitas vezes obscurece um movimento latente de concentração fundiária e renda, de alteração

---

<sup>53</sup> Discente em nível de doutorado do Programa de Pós-graduação em Educação (PPGE) da Universidade Estadual Paulista - UNESP campus de Marília. Bolsista pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

da matriz produtiva e homogeneização territorial como lógicas intrínsecas do capital monopolista no campo.

Dentre os novos processos que emergem como “pluriatividades” e “multifuncionalidades” desse “novo rural”, o turismo vem sendo pautado como alternativa para o desenvolvimento e sustentabilidade econômica de comunidades remanescentes de quilombolas.

Considerando o complexo arranjo sócio produtivo que se apresenta com o debate sobre as transformações do espaço rural, observa-se que os serviços de extensão, antigamente voltado exclusivamente para as atividades agrícolas, além de ir se compondo por uma variedade maior de atores vai tendo a obrigação de se renovar frente às transformações no mundo rural e as novas demandas.

Diante disso, compreende-se que as ações de extensão no interior das relações que suportam o turismo em comunidades quilombolas representam um foco de resistência à lógica mercantil inerente ao desenvolvimento do turismo e apresentam formas específicas de resignificação do papel da extensão enquanto atividade formativa, bem como, da apropriação e organização do turismo enquanto “alternativa produtiva”.

Considerando as assimetrias entre comunidades quilombolas e agentes externos, produz um progressivo processo de reavaliação de recursos e uma nova configuração social que altera profundamente as relações de poder e o grau de autonomia das comunidades.

## **1. O “novo rural brasileiro” e as ocupações rurais não agrícolas (ORNAs)**

O circuito de turismo quilombola é composto por sete comunidades remanescentes, que tem seus territórios em meio à Mata Atlântica, ao longo da bacia do Rio Ribeira de Iguape, nos municípios de Eldorado (6 comunidades) e Cananeia (1 comunidade)<sup>54</sup>.

Ocupando majoritariamente áreas de difícil acesso em campos e em florestas, as comunidades remanescentes de quilombos ganharam notoriedade no cenário político nacional a partir da aprovação do Artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) em 1988.

Vivendo praticamente da agricultura de subsistência, da pesca artesanal e do extrativismo, as comunidades remanescentes de quilombos conquistam o direito à propriedade de suas terras com o Artigo 68 do ADCT, em um momento de grandes transformações no mundo produtivo e político.

Pesquisadores como Menéndez (1985), Marsden (1989) e Graziano da Silva (2002) destacam que as mudanças nas atividades econômicas, nas práticas culturais, nas relações sociais de produção e nos usos dos recursos naturais a partir da década de 1970 criaram, no meio rural, um cenário bastante complexo.

Consideraram que, conforme os países de capitalismo avançado, mas também, em certa medida, países da periferia do

---

<sup>54</sup> Eldorado: Comunidades André Lopes, Ivaporunduva, Pedro Cubas, Pedro Cubas de Cima, São Pedro e Sapatu. Cananeia: Comunidade do Mandira.

capitalismo foram saindo do padrão fordista de produção, as áreas rurais passaram a exibir formas sociais e econômicas de organização mais paradigmáticas, que não poderiam mais ser observadas a partir de olhares que as reduziam exclusivamente ao local onde se desenvolve o setor primário da economia (GRAZIANO DA SILVA, 2002).

Observaram estar cada vez mais complexo delimitar o que é rural e o que é urbano, de modo que, do ponto de vista espacial, o rural deveria ser entendido como um “continuum” do urbano, e do ponto de vista da organização da atividade econômica, as cidades não deveriam ser identificadas apenas com a atividade industrial nem o meio rural com a agricultura e a pecuária (GRAZIANO DA SILVA, 2002).

As transformações geraram um movimento de reorganização no qual se observou uma considerável redução do número de pessoas que trabalhavam na agricultura, o aumento do número de pessoas residentes no campo, exercendo ocupações rurais não agrícolas (ORNAs) e o aparecimento de uma camada relevante de trabalhadores que combinavam a agricultura com outras atividades (GRAZIANO DA SILVA, 2002; ABRAMOVAY, 2003; RAMEH; SANTOS, 2011).

A partir dessas transformações, considerou-se a conformação de um “novo rural”. José Graziano da Silva (2002), certamente uma das principais referências sobre o tema, logo na apresentação de seu livro *O Novo rural brasileiro*, demonstra que sua conformação ocorreu em decorrência das transformações em quatro grandes subconjuntos, a saber:

Uma agropecuária moderna, baseada em *commodities* e intimamente ligada às agroindústrias, que vem sendo chamada de *agribusiness* brasileiro;

Um conjunto de atividades de subsistência que gira em torno da agricultura rudimentar e da criação de pequenos animais, que visa primordialmente manter relativa superpopulação no meio rural e um exército de trabalhadores rurais sem terra, sem emprego fixo, sem qualificação, os “sem-sem” [...] excluídos pelo mesmo processo de modernização que gerou o nosso *agribusiness*;

Um conjunto de atividades não agrícolas, ligadas à moradia, ao lazer e a várias atividades industriais e de prestação de serviços;

Um conjunto de “novas” atividades agropecuárias, localizadas em nichos específicos de mercados (GRAZIANO DA SILVA, 2002, p. ix).

O crescimento do setor de serviços, a emergência da sociedade “pós-industrial” e a mudança na base produtiva através do intensivo processo de aplicação do conhecimento e do manejo da informação, além de gerar um “novo rural”, gerou também um “novo” tipo de trabalhador: “o *part-time farmer*” (agricultor em tempo parcial) (GRAZIANO DA SILVA, 2002, p. 05).

A sua característica fundamental é não ser mais somente um agricultor ou pecuarista: ele combina atividades agropecuárias com atividades não-agrícolas, dentro ou fora do seu estabelecimento, tantos nos ramos tradicionais urbanos-industrial, como nas novas atividades que vêm se desenvolvendo no meio rural, como lazer, turismo, conservação da natureza, moradia e prestação de serviços pessoais. O *part-time farmer* não é mais o antigo fazendeiro especializado, mas um trabalhador autônomo que combina diversas formas de ocupação (assalariada ou não). Essa é a sua característica nova: uma pluriatividade que combina atividades agrícolas e não agrícolas (GRAZIANO DA SILVA, 2002, p. 05).

Sobre a possibilidade de combinar atividades agrícolas com ocupações rurais não agrícolas (ORNAs) o trabalhador “*part-time*” pluriativo, segundo Mingione e Puglies (1987) apud Graziano da Silva (2002, p. 6) “é o elemento fundamental da nova base social da agricultura moderna”.

Apesar da exatidão dos dados, bem como da importância da análise das constatações e das informações sobre a ocupação e a renda dos trabalhadores rurais brasileiros, suponha-se até pelo período em questão, que o entendimento é cunhado e trabalhado em conluio com o avanço de categorias ligadas à teoria neoliberal, com proposta de mercantilização, de flexibilização e de terceirização.

Acompanhando as tendências de novas teorias que surgem sobre a reorganização produtiva e de uma sociedade “pós-industrial”, Mingione e Puglies (1987) apud Graziano da Silva (2002, p. 06) dizem tratar-se de um processo de “desdiferenciação” ou “desespecialização” da divisão social do trabalho na área rural.

Esse processo, segundo Mingione e Puglies (1987) apud Graziano da Silva, (2002, p. 6), tem sua origem na própria modificação do trabalho conforme a sociedade foi saindo do modelo fordista e foi estabelecendo novas formas de organização e de contratos de trabalho “(flexibilidade de tarefas e de jornada, contratação por tarefa e/ou por tempo determinado)”.

Com o avanço da ideologia neoliberal na reordenação do capital após a crise do petróleo em 1973, erroneamente, o mito de que a “sociedade de serviços pós-industrial” eliminaria completamente o proletariado foi se hegemonizando e criando uma literatura

mais adequada para redefinir a nova formatação da exploração do trabalho.

Compreende-se que o “novo rural brasileiro” é resultado do avanço da lógica capitalista sobre a agricultura em específico e sobre o rural como um todo, operando uma dinamização de serviços “novos” e de ocupações que, mais do que “novas em si”, eram ocupações seculares subsumidas às ocupações agrícolas.

Nossa crítica a essa postura não se dá num sentido conservador, que não compreende as mudanças constatadas, ou mesmo pela forma como as ocupações rurais não agrícolas (ORNAs) foram tratadas de forma a-histórica, não só como se não existisse em tempos anteriores e fossem produtos da simples modernização e mercantilização do espaço rural, mas também, e principalmente, pela forma como subtraiu e/ou não deu a atenção necessária às contradições e conflitos que marcam a forma excludente como seu deu a formação do Estado capitalista brasileiro e a “modernização conservadora” da agricultura a partir da década de 1970.

Milton Santos (2003, p. 26) apontou que o sistema capitalista “necessita de áreas rurais modernizadas tanto quanto de cidades populosas”. Diante disso, ao passo que a modernização da agricultura é uma necessidade estimulada visando à penetração do capital nos meios rurais, a ideologia da “cidade maléfica” ou das “migrações perversas” é descartada.

Para desenvolver tal propósito, Santos (2003) afirma o desenvolvimento de uma teoria de imigração amplamente difundida que contribuía para que os trabalhadores acreditassem em benefícios



ainda não existentes e que, ao migrarem para as cidades, poderiam ter uma renda melhor no futuro.

A “modernização conservadora” da agricultura operada via “revolução verde”, ao mesmo tempo que capitalizou a agricultura, expulsou e marginalizou uma grande parcela de trabalhadores que, impossibilitados da permanência e dos ofícios na agricultura, vão se alojar nas periferias das grandes cidades e ficar à mercê dos trabalhos sazonais ora na agricultura ora em outra ocupação que possa lhes dar o sustento.

Diante disso, entende-se que o “novo rural brasileiro” naturalizou aspirações ideológicas, já bastante propagadas no período, como no caso de o trabalhador *part-time* representar um progresso inevitável que Graziano da Silva (2002, p. 2) apontou ganhar mais “importância dentro do *status* profissional e melhoria da qualidade de vida”.

Nesse sentido, apesar de ressaltar de forma relativizada as desigualdades, a miséria, a pobreza e as contradições no meio rural, a falta de profundidade sobre o impacto da “modernização conservadora” no meio rural brasileiro abafa a realidade da grande massa de trabalhadores e comunidades rurais. Mais que a necessidade e a luta pela sobrevivência que a modernização impôs aos marginalizados da terra, essas ocupações “novas” foram apresentadas como uma nova oportunidade de renda no “novo” paradigma produtivo da inevitável “nova” lógica de privatização e flexibilização neoliberal.

Destaca-se que o próprio Graziano da Silva (2002) coloca o “novo” entre aspas por entender que muitas das atividades eram

seculares, mas agora se inseriam em um processo mais amplo de “mercantilização do espaço rural”, criando novas cadeias produtivas e nichos de mercados até então não existentes.

Além da pouca atenção dada às contradições e à luta dos trabalhadores organizados em torno de movimentos sociais como, por exemplo, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), homogêneas comunidades rurais como quilombolas, seringueiros, faxinalenses, extrativistas e ribeirinhos como fazendeiros ou agricultores familiares.

Dentre essas “novas” atividades que emergem como “alternativa socioprodutiva” para as comunidades do meio rural, as atividades ligadas ao turismo (lazer, cultura e entretenimento) surgem como grandes promessas de inclusão social, sustentabilidade e geração de trabalho e renda para as populações autóctones (MOURA, 2005; RAMEH; SANTOS, 2011).

No Brasil, por exemplo, foi lançado, em 2004, pelo Ministério de Turismo (MTUR) e Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA), com o objetivo de implantar e fortalecer as atividades turísticas e promover o desenvolvimento rural sustentável, o Programa Nacional de Turismo Rural na Agricultura Familiar (PNTRAF) (BRASIL, 2004; BONETTI; CANDIOTTO, 2012).

Nesse contexto de transformação e de mercantilização das ORNAs em meios às comunidades do meio rural, incluindo os remanescentes de quilombos, os serviços de extensão e assistência também passaram por transformações para atenderem a essas novas orientações e demandas que resultam da reorganização econômica e política no último quarto do século XX.

### *Assistência Técnica e Extensão no meio rural*

Desde a perspectiva econômica, o campo passou por um processo de dinamização, não apenas pelos grandes complexos setoriais do agronegócio, mas também porque atingiu determinados segmentos socioprodutivos diversificados. Nessa dinâmica, categorias como “pluriatividade” e “multifuncionalidade” vêm sendo utilizadas para entender/ explicar as ocupações no meio.

Considerando o debate sobre as transformações do espaço rural, observa-se que a extensão, antes exclusivamente voltada às questões agrícolas, além de compor-se por uma variedade maior de atores com a reforma do Estado, passam a atuar também com outros ramos do que se denominou ORNAs.

Com referência em Gramsci (2001), compreende-se que os agentes de assistência técnica e extensão no meio rural cumprem o papel de intelectuais, ou seja, aqueles profissionais que fazem a mediação entre as classes subalternas e as classes dominantes com a finalidade de conservar o *status quo*. A especialidade dos intelectuais se dá pela ação sobre a consciência e na formação da ideologia, assim, dentro do conjunto das relações sociais, entende-se que o intelectual é o ator que faz a mediação entre a classe dominante e os grupos subalternos, formam e difundem a ideologia dominante entre os grupos sociais e formalizam a hegemonia da classe dirigente e dominante (GRAMSCI, 2001).

O processo de concepção da assistência técnica e extensão rural no Brasil estão relacionados aos acordos bilaterais junto aos Estados Unidos da América (EUA). Oliveira (2013) destaca que, a partir de 1945, acordos particularmente de cooperação técnica entre

os dois países injetaram recursos materiais e intelectuais com perspectivas de trocas de tecnologia e formação de técnicos brasileiros via intercâmbio e cursos de treinamento nos EUA.

Após o final da Segunda Guerra Mundial, em 1945, sob a influência desses acordos de cooperação técnica e do imperialismo estadunidense, os profissionais da extensão rural brasileira passaram a desenvolver suas ações com a finalidade de educar as populações que viviam no meio rural (OLIVEIRA, 2013; PIRES, 2016).

A proposta de extensão defendia um “plano de educação complementar de novo tipo”, dessa maneira, era um “empreendimento educativo” com característica de um ensino informal (fora da escola) e objetivo de “produzir mudanças nos conhecimentos, nas atitudes e nas habilitações para que se atingisse o desenvolvimento tanto individual como social”<sup>55</sup> (FONSECA, 1985; OLIVEIRA, 2013, p. 64).

O planejamento foi moldado sob a influência da política agrícola estadunidense e da articulação das classes patronais nacionais por meio da Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural (ABCAR) com a finalidade última de maximizar a produção agrícola brasileira (OLIVEIRA, 2013).

Apesar de criada como uma associação sem fins lucrativos e de direito civil privado, a ABCAR possuía relação direta com o Ministério de Agricultura, tanto pela alocação de recursos quanto

---

<sup>55</sup> Fato ilustrativo é a propaganda difundida a partir de 1948 pelo interior do país pela Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural (ABCAR) “Um homem, uma professora e um jipe” (OLIVEIRA, 2013; RODRIGUES, 1997; SOUZA; CAUME, 2008).

pela manutenção e contratação de pessoal técnico extensionista (OLIVEIRA, 2013).

Caporal (1991) aponta que o modelo importado era profundamente dependente, tanto que a Associação Internacional Americana (AIA) e o Escritório Técnico Brasil-Estados Unidos (ETA) foram seus membros fundadores e mantenedores junto com o Banco do Brasil, a Confederação Rural Brasileira (CRB) e suas filiadas. Posteriormente, ingressaram o Ministério da Agricultura, o Ministério da Educação e Cultura (MEC), Serviço Social Rural (SSR) Instituto Brasileiro de Café (IBC) e o Banco Nacional de Crédito Corporativo (BNCC). Nessa dinâmica, técnicos americanos integravam a assessoria da ABCAR e técnicos brasileiros obtiveram oportunidades de treinamento nos EUA (CAPORAL, 1991, p. 38).

Com referência em Rodrigues (1997), observa-se que o serviço de assistência técnica e extensão no meio rural brasileiro a partir de 1948, guardadas as suas especificidades e interesses, passou basicamente por três períodos que marcam as características evolutivas da atividade no país.

Não tendo a pretensão e nem objetivo de apresentar sistematicamente toda a especificidade de cada característica ao longo do processo desde a década de 1950, apresenta-se, na tabela abaixo, os principais elementos e características que marcam a atividade ao longo da segunda metade do século XX.

**Quadro 1 - Caracterização sumária dos três períodos  
que marcam o processo evolutivo da extensão rural no Brasil**

Especificidade	Especificação Humanismo assistencialista	Difusionismo produtivista	Humanismo crítico
Prevalência	1948-1962	1963-1984	1985-1989
<b>Unidade de Trabalho</b>	<b>Família rural</b>	<b>Produtor Rural</b>	<b>Família rural</b>
Orientação pedagógica	Ensinar a fazer fazendo	Difusionista	Dialógica- problematizadora
Papel do agente de extensão	Indutor de mudanças de comportamento	Elaborador de projetos de crédito rural	Catalisador de processos sociais

continua

<b>Tipo de planejamento</b>	<b>Vertical ascendente</b>	<b>Vertical descendente</b>	<b>Circular</b>
Papel da tecnologia	Apenas subjacente: instrumento para melhorar as condições de vida da família rural	Finalístico: modernizar o processo produtivo aumentando a produtividade da terra e do trabalho	Essencial, mas dentro de padrões de equilíbrio ecológico, energético e social
Tipo e uso do crédito rural	Supervisionado: cobre investimentos no lar e na propriedade (produtivos ou não)	Orientado: voltado para produtos com o fim de viabilizar tecnologias de uso intensivo de capital	Orientado: voltado preferencialmente para viabilizar tecnologias “apropriadas”
Organização da população	Cria grupos de agricultores, donas de casa e jovens rurais	Não se preocupa com este tipo de ação	Estimula a organização e o associativismo rural autônomo

Fonte: Rodrigues (1997, p. 122).

O Humanismo Assistencialista foi proposto para educar os “pequenos agricultores” com vistas a melhorar suas condições de vida e difundido como “indutor de mudanças de comportamento”. Buscou modernizar formas de pensar e de comportamento do “homem do campo” brasileiro, consideradas atrasadas e anacrônicas (OLIVEIRA, 2013).

O modelo do Difusionismo Produtivista pode ser entendido como o modelo da *Revolução Verde*, caracterizado pela não realização

da reforma agrária, pela transferência tecnológica e pela formação limitada da força de trabalho para o ciclo capitalista urbano, expressando categoricamente o desenvolvimento dependente do capitalismo brasileiro e o conservadorismo do pacto político das elites nacionais.

O Humanismo Crítico surgiu em decorrência do esgotamento do “milagre econômico” como uma proposta de promoção humana integral das maiorias demográficas do campo, mas sem o paternalismo do Humanismo Assistencialista. Propunha uma perspectiva libertadora, em que o pequeno agricultor, proprietário ou não das terras onde labuta, seria sujeito de suas ações como cidadão, problematizando a sua realidade e tomando decisões (RODRIGUES, 1997).

O extensionista não seria um “agente de mudança” manipulador, seria o interlocutor tecnicamente competente de um relacionamento dialógico horizontal. Previa-se viabilizar o progresso técnico e o aperfeiçoamento gerencial das minorias que historicamente tinham sido marginalizadas nesse processo (RODRIGUES, 1997).

A partir da década de 1980, com as consequências da crise do petróleo em 1973, o esgotamento do “milagre econômico” e o malogro do projeto de tecnificação acelerada da agricultura imposto via “modernização conservadora” e “revolução verde”, os serviços de extensão e as políticas do setor vão sendo abandonadas.

Nessa conjuntura, cogitou-se, por parte de alguns técnicos militantes, a orientação humanista crítica, contudo, as orientações foram apenas esboçadas, já que houve uma nítida posição na



estratégia da política agrícola governamental para a obtenção das “supersafras”, pondo em cheque possíveis compromissos sociais. Com o avanço da lógica neoliberal no início dos anos 1990, houve um claro abandono da garantia dos serviços de assistência técnica e extensão no meio rural, particularmente para as camadas mais pobres e necessitadas, deixando o setor à mercê das políticas de ajustes estruturais e das difíceis condições financeiras dos respectivos estados.

Em 1995, com a realização em Brasília do Seminário Nacional Agricultura Familiar e Extensão Rural e com a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), inicia-se, no governo de Fernando Henrique Cardoso, uma proposta de reestruturação do setor (BRASIL, 2004). Observa-se que o governo escolhe, como forma de organização produtiva para o meio rural, o modelo da agricultura familiar. A partir dessa escolha, a categoria passa a ser usada de forma operacional pelas diferentes organizações de assistência técnica e extensão rural.

A partir dessa influência, observa-se que definições como agricultura familiar, empresa rural e empreendedorismo passam a ser utilizado de forma “operacional” para caracterizar grupos sociais bastante heterogêneos, sem as devidas considerações de suas subjetividades e particularidades políticas, econômicas e culturais. Observa-se que assentados e acampados da reforma agrária, pequenos proprietários, extrativistas florestais, ribeirinhos, indígenas, pescadores artesanais, seringueiros, faxinalenses e remanescentes de quilombolas são designados de forma “opera-

cional” e homogênea pelos agentes externos, sob a ideia de agricultura familiar.

Ao mesmo tempo que isso conformou um processo de dinamização pelos grandes complexos setoriais do agronegócio e de propriedade privada, envolveu determinados segmentos de organização coletiva, obscurecendo um movimento latente de conflito fundiário e concentração da renda, de alteração da matriz produtiva e de homogeneização territorial como lógicas intrínsecas do capital monopolista no meio rural (GRAZIANO DA SILVA, 2002; SOUZA, 2010; MELO; SOUZA, 2011).

Sobre essa lógica do modelo da agricultura familiar, no primeiro ano do governo Lula da Silva, em 2003, foram definidas de forma mais sistemática as diretrizes para o setor por meio da elaboração de uma nova Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER), através do Ministério do Desenvolvimento Agrário (BRASIL, 2004).

Por meio dessa política, o serviço de extensão no meio rural deveria assumir o compromisso de estimular, animar e apoiar iniciativas de desenvolvimento rural sustentável em atividades agrícolas e não agrícolas, pesqueiras, de extrativismo e outras, tendo como centro o fortalecimento da agricultura familiar, visando à melhoria da qualidade de vida e adotando os princípios da Agroecologia como eixo orientador das ações<sup>56</sup> (BRASIL, 2004). Além disso, deveria participar na promoção e animação de processos

---

<sup>56</sup> Em 2010, a Lei nº 12.188 alterou a Lei nº 8.666, de 1993, e instituiu a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária – PNATER – e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária – PRONATER.

capazes de contribuir para a construção e execução de estratégias de desenvolvimento rural sustentável, centrado na expansão e fortalecimento da agricultura familiar e das suas organizações, por meio de metodologias educativas e participativas, integradas às dinâmicas locais, buscando viabilizar as condições para o exercício da cidadania e a melhoria da qualidade de vida da sociedade<sup>57</sup> (BRASIL, 2004).

Nesse contexto de reestruturação dos serviços convencionais de assistência técnica e extensão rural e do aumento da promoção de ORNA como uma possível estratégia para conter o êxodo rural e gerar trabalho e renda, o turismo ganha notoriedade como alternativa produtiva para as populações do meio rural. Diante disso, comunidades rurais que não são propriamente regidas pela forma de organização da agricultura familiar, como o caso das comunidades remanescentes de quilombolas do Vale do Ribeira, que tem a propriedade do seu território coletivo e inalienável, passam a lidar com o assédio para o desenvolvimento do turismo sob a luz operacional da agricultura familiar<sup>58</sup>.

---

<sup>57</sup> Em 2010, o Decreto nº 7.215 regulamentou a Lei nº 12.188, definindo a extensão como serviço de educação não formal, de caráter continuado, no meio rural, que promove processos de gestão, produção, beneficiamento e comercialização das atividades e dos serviços agropecuários e não agropecuários, inclusive das atividades agroextrativistas, florestais e artesanais.

<sup>58</sup> Observa-se que, a partir do momento em que o turismo passa a ser incentivado como um possível vetor para lidar com a desigualdade e potencializar a geração de trabalho e renda, sob o modelo de gestão descentralizada e de parcerias, uma variedade de atores como Organizações Não Governamentais (Ong's), Universidades, Institutos passam a atuar com os projetos ligados ao desenvolvimento do turismo, capacitando as comunidades que vivem nos espaços rurais para o desenvolvimento do turismo.

## **Quilombo: resistência de um povo – território de vida<sup>59</sup>**

Aglutinando-se em torno do Movimento dos Ameaçados por Barragem do Vale do Ribeira (MOAB) para lutar contra o projeto da construção de quatro barragens ao longo do rio Ribeira de Iguape, as comunidades remanescentes de quilombos têm um longo histórico de resistência pela manutenção e posse de seus territórios.

Entende-se que a conformação da consciência das comunidades enquanto remanescente de quilombos no Vale do Ribeira em São Paulo se deu e se dá em meio à luta contra as barragens, pelo direito à propriedade de seus territórios, pela preservação de seu modo de vida e de seu patrimônio cultural<sup>60</sup>. Diante da ameaça de ter suas terras alagadas com a construção das barragens ao longo do rio Ribeira e de um processo de estudos que se inicia com uma importante participação das pastorais na segunda metade da década de 1980, deu-se a organização pela defesa de suas terras.

Em meio à organização e mobilizações contra o projeto das barragens, outras questões também começaram a surgir, particularmente, a questão da identidade e do território após a aprovação do ADCT, que, em um primeiro momento, apareceu como uma ferramenta a mais na luta contra as barragens.

---

<sup>59</sup> Tema da 25ª Romaria da Terra, realizada dia 15 de agosto de 2010.

<sup>60</sup> Após a aprovação do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), respectivamente, o Artigo 68 garante o direito à propriedade das terras que ocupam os remanescentes de quilombolas, e o Artigo 216 garante o direito à preservação, como patrimônio cultural brasileiro, dos sítios detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos.

Particularmente, a partir do trabalho das pastorais, por meio das irmãs Pastorinhas<sup>61</sup> e da Comissão Pastoral da Terra (CPT), iniciou-se um processo de estudos e reflexões sobre os problemas das comunidades e se estabeleceram as condições necessárias para organizar a resistência aos projetos de barragem e, posteriormente, a consciência de uma cultura quilombola. Nesse contexto, em que as irmãs Pastorinhas estabelecem a mediação entre as comunidades e os problemas que os afligiam, bem como a necessidade e as possibilidades para conseguir superar aqueles problemas, destaca-se a constituição do MOAB.

Tendo como referência os estudos de Gonçalves sobre territorialidade e Movimento Social, o MOAB, enquanto movimento social que se manifesta “nas e pelas lutas”, “é rigorosamente, mudança de lugar (social)”, indicando que aqueles que se organizam em movimento “estão recusando o lugar que lhe estava reservado numa determinada ordem de significação” (GONÇALVES, 1999, p. 69).

Porém, Gonçalves (1999) destaca que a passagem de uma determinada condição social à de uma determinada identidade política-cultural não se dá de forma automática. Compreende-se que essa passagem se dá “no espaço geográfico” e por meio da educação e da ação histórica objetivada ou incorporada<sup>62</sup>.

---

<sup>61</sup> Congregação das Irmãs de Jesus Bom Pastor (Pastorinhas), que desenvolve um trabalho de catequização com as comunidades do Vale do Ribeira desde a primeira metade da década de 1980.

<sup>62</sup> A história no seu estado objetivado, quer dizer, a história que se acumulou ao longo do tempo nas coisas, máquinas, edifícios, monumentos, livros, teorias, costumes, direito etc., e a história no seu estado incorporado, que se tornou hábitos, como, por exemplo, “aquele de tirar o chapéu para cumprimentar reativa, sem saber, um sinal convencional herdado da Idade Média no qual, como relembra Panofsky, os homens de armas costumavam tirar o seu elmo para manifestar as suas intenções pacíficas” (BOURDIEU, 1989 *apud* GONÇALVES, 1999, p. 70).

Assim o mundo social por meio sobretudo das propriedades e das suas distribuições, tem acesso, na própria objetividade, ao estatuto de sistema simbólico que, à maneira de um sistema de fonemas, se organiza segundo a lógica da diferença, do desvio diferencial, constituído assim em distinção significante. O espaço social e as diferenças que nele se desenham ‘espontaneamente’ tendem a funcionar simbolicamente como espaço dos estilos de vida ou como conjunto de *Stände*, isto é, caracterizados por estilos de vida diferentes’ (BOURDIEU, 1989 *apud* GONÇALVES, 1999, p. 70-71).

De forma similar ao que Gonçalves (1999, p. 75) chamou de “comunidades de destino” – “quando cada um começa a perceber que o seu destino individual está num outro com/contra o qual tem que se ligar/se contrapor”, o processo de organização e da luta empreendida pelo MOAB contra as barragens constitui-se num momento privilegiado para conformação da identidade de remanescentes de quilombos.

Em meio a esse contexto de construção ideológica de remanescentes de quilombolas, destaca-se a relação constituída entre estes e os agentes externos, entendidos aqui como intelectuais, aqueles que realizaram a mediação entre as comunidades e as outras forças sociais inseridas no contexto.

Com referência em Gramsci (2001, p. 23), sobre a importância dos intelectuais no meio rural, destaca-se que esses colocam em contato a massa das comunidades “com a administração estatal ou local (advogados, tabeliões etc.) e por esta mesma função, possui grande função político e social, já que a mediação profissional dificilmente se separa da política”.

No caso das comunidades quilombolas do Vale do Ribeira, destaca-se particularmente, num primeiro momento, as irmãs Pastorinhas e sua atuação nos processos de debates e estudos que possibilitaram a elevação do conhecimento e da necessidade coletiva de se organizar para se contrapor aos projetos das barragens.

Na organização da luta contra as barragens, de formação do MOAB e da mediação construída pelas irmãs pastorinhas entre as comunidades e outros intelectuais, o direito à terra foi ficando mais claro, e a identidade de remanescentes de quilombolas foi se afluando.

Em meio a esse processo, destaca-se também o contato com o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) e os estudos sobre os impactos da implantação das barragens, a organização das mulheres, os encontros organizados ao longo dos anos 1990 em diferentes municípios do Vale do Ribeira<sup>63</sup> e os encontros de pesquisa e estudos com a finalidade de entender a história do negro no Brasil.

Foi nesse complexo processo, que se inicia com a organização contra os projetos de interesse hegemônicos no Vale, que, com base em Gonçalves (1999), entende-se que aquelas comunidades negras rurais forjaram sua identidade político-cultural de remanescentes de quilombos. Essa identidade se colocou “como uma possibilidade concreta diante da ameaça à sobrevivência material e simbólica

---

<sup>63</sup> Assessorado por Maria Marlene do Nascimento (membro do Movimento Negro de São Paulo e do Centro Ecumênico de Estudos Bíblicos – CEBI), o primeiro Encontro Anual das Mulheres foi realizado em 1992 na cidade de Eldorado (PINTO, 2014).

derivada da nova configuração socio-geográfica” imposta pelos projetos hegemônicos (GONÇALVES, 1999, p. 76).

Compreende-se essa identidade cultural, aos moldes de Gramsci, “como um dos elementos fundamentais na organização das classes subalternas, capaz de romper com a sua desagregação e abrir caminhos para a construção de uma vontade coletiva, contrapondo-se às concepções de mundo oficiais” (SEMIONATTO, 2009, p. 45).

Conforma-se, assim, uma “nova territorialidade onde novos segmentos sociais, grupos sociais e classes sociais (intelectuais de modo geral) se fazem presentes e, com suas práticas, conformam novos pactos, novas identidades de contrários” na construção de uma nova identidade coletiva (GONÇALVES, 1999, p. 80).

Ao longo desse processo de luta contra os projetos das barragens, pelo reconhecimento e titularidade de seus territórios, considera-se que as comunidades remanescentes de quilombos vão estabelecer territórios de resistência contra a hegemonia do capital e pela vida.

Com base em Linera (2010) e Zibechi (2006), que levam a ideia de comunidade ao seu “limite positivo”, compreende-se comunidades não como uma “categoria geral útil para nomear diferentes objetos, mais um conceito para um devenir histórico social: a comunidade é o nome de um código político-organizativo determinado como tecnologia social singular” (NASCIMENTO, 2019, p. 41).



Diante disso, a categoria comunidade, no caso dos remanescentes de quilombos na Vale do Ribeira, é entendida como nomeação das “formas da ação coletiva” (NASCIMENTO, 2019) que, em um determinado período histórico, organizaram-se e se consolidaram para resistir a sua desintegração e forjarem a sua existência.

Sofrendo com a morosidade dos agentes governamentais em relação aos procedimentos de reconhecimento, demarcação e titulação dos territórios, os quilombolas criam a Equipe de Articulação e Assessoria às Comunidades Negras (EAACONE) para realizar a mediação entre eles e as classes dirigentes. Ocupando uma região que abriga a maior quantidade de vegetação remanescente de Mata Atlântica do Brasil, os quilombos do Vale do Ribeira encontram-se integralmente ou parcialmente dentro de unidades de conservação ambiental que, quando criadas, foram desconsideraram as comunidades que já ocupavam aquelas áreas.

Nesse contexto de transição do século XX para o século XXI, agentes do Estado ligados à regularização do território quilombola, agentes relacionados à gestão dos parques e das Unidades de Conservação (UC) e organizações relacionadas à questão ambiental também passam a ser sujeitos desse complexo processo que envolve a luta das comunidades remanescentes de quilombos do Vale do Ribeira.

As unidades de conservação e os parques na região, além de apresentarem elementos que complexificaram os procedimentos para a titularização devido à sobreposição das áreas, impuseram, por meio da legislação ambiental, várias restrições às culturas de

subsistência das comunidades, limitando suas práticas agrícolas e o extrativismo (PINTO, 2014).

Frente a esses desafios e aos incentivos do governo federal para o desenvolvimento do turismo, com a criação do Ministério do Turismo (MTUR) em 2003 e com o lançamento da Política Nacional de Turismo (PNT) no mesmo ano, as comunidades remanescentes de quilombolas, tendo em seus territórios patrimônios culturais e naturais, mais pela necessidade do que pela vontade, começaram a debater as possibilidades de trabalhá-lo em seus territórios.

### **Turismo, Extensão e comunidades remanescentes de quilombos do Vale do Ribeira**

Como já ressaltado, o meio rural passou por um movimento de reorganização em que se observou uma considerável redução do número de pessoas que trabalhavam na agricultura, o aumento do número de pessoas residentes no campo exercendo ocupações não agrícolas (ORNAs) e o aparecimento de uma camada relevante de comunidades que combinavam a agricultura com ORNAs. Essa combinação de ocupações agrícolas com não agrícolas, que não era um fenômeno novo, representou modificações nas formas de organização, em que antigas práticas assumiram novos significados e passaram a ser alternativa para combater a miséria, o desemprego e o êxodo rural (CARNEIRO, 1998; RAMEH; SANTOS, 2011).

Em meio a essas transformações no meio rural e ao crescimento das chamadas ORNAs, observa-se o avanço de uma lógica mercantil sobre quase todas as ocupações dos trabalhadores e das comunidades rurais. Nesse contexto, ações para o desenvolvimento do turismo passam a ser cada vez mais incentivadas como “alternativa socioprodutiva” para as populações autóctones.

O turismo desenvolve-se por meio da promoção da natureza, dos prédios históricos e das manifestações culturais. Compreende-se como “uma atividade que se desenvolve no contexto de transformação do tempo de não-trabalho em tempo do capital”, um tempo de consumo na forma de lazeres, férias e viagens (OURIQUES, 2005, p. 18).

Ouriques (2005, p. 18-19), com referência em Henri Lefebvre (1991), explica que o turismo deve ser entendido como uma “apropriação capitalista dos momentos de ócio individual”, sendo os espaços de turismo “lugares de consumo e, ao mesmo tempo, como consumidores do lugar, já que o próprio meio ambiente é consumido pela recreação [...] constituindo-se em uma mercadoria-paisagem”.

O turismo é entendido, em nossa perspectiva, como uma forma de fetichismo. As paisagens naturais e socialmente construídas tornam-se objetos de consumo turístico, como se isso fosse uma característica a elas inerente. Dessa forma, por meio da valorização de lugares onde os atributos paisagísticos deliciam os sentidos humanos, é produzido o fetichismo espacial. (OURIQUES, 2005, p. 20).

O turismo traz em si valores intrínsecos de mercantilização do tempo, bem como do espaço, dos lugares e das paisagens, manifestando-se como um fenômeno que produz diversas implicações culturais, políticas e econômicas nas diversas localidades e regiões em que é desenvolvido.

A partir de 2003, com o turismo ganhando status de Ministério no primeiro governo Lula da Silva, o setor ganhou posição estratégica como um possível vetor para combater as desigualdades sociais através da geração de trabalho, renda e qualidade de vida nas diferentes regiões do país (BRASIL, 2003).

Seguindo o modelo de gestão descentralizada, o MTUR funciona como o articulador do turismo com os “demais Ministérios, com os governos estaduais e municipais, com o poder legislativo, com o setor empresarial e a sociedade organizada, integrando as políticas públicas e o setor privado” (BRASIL, 2003, p. 11).

No caso do meio rural, foi através da ação do MDA, em articulação com o MTUR, que, em 2004, foi lançando o PNTRAF, estabelecendo de forma mais elaborada as diretrizes para a promoção do turismo de forma mais dinâmica e constante junto às populações rurais, incluindo os quilombolas.

Operando sob as diretrizes da reforma do Estado (flexibilização e privatização), da lógica de gestão descentralizada e das parcerias, as propostas de promoção do turismo no meio rural acabaram aglutinando diferentes atores sociais com intencionalidades distintas, que, de forma direta ou indireta, passaram a influenciar as dinâmicas das comunidades passíveis do

desenvolvimento turístico. A própria proposta do PNTRAF demonstra essa diversidade de atores na Rede de Turismo Rural na Agricultura Familiar - Rede TRAF, uma articulação nacional de instituições governamentais e não governamentais, de técnicos e de agricultores familiares com o objetivo de fortalecer a Agricultura Familiar e promover o desenvolvimento rural sustentável.

O turismo no meio rural, ou turismo rural, como sinteticamente é denominado, muitas vezes, é utilizado com um termo guarda-chuva, que abriga outros segmentos do turismo, como, por exemplo, agroturismo, ecoturismo, turismo no campo, turismo e meio ambiente, entre outros que podem ser desenvolvidos nos campos e nas florestas.

Diante disso, as propostas e iniciativas para desenvolver o turismo no meio rural trouxe um leque mais amplo de agentes (Universidades, organizações do terceiro setor, instituições filantrópicas), que passaram a disputar editais para desenvolver projetos de estudo, de viabilidade e de promoção do turismo no meio rural<sup>64</sup>.

Visto que os territórios quilombolas do Vale do Ribeira possuem uma vegetação preservada e abriga grutas, cavernas, rios, cachoeiras e praias passíveis de serem exploradas como produto

---

<sup>64</sup> A Política Nacional de Turismo se fundamenta na descentralização das ações de fomento para o turismo e no envolvimento dos agentes que fazem parte do *trade* turístico – redes hoteleiras, empresas de transporte aéreo e de cartão de crédito, locadoras de veículos, restaurantes, agências e operadoras de viagens – além de outros atores, como universidades, governos estaduais e prefeituras, organizações empresariais etc. Seu objetivo é melhorar a infraestrutura turística e a qualidade dos serviços prestados, para, assim, poder atingir a competitividade, tornando o turismo capaz de atrair uma fatia maior do turismo internacional e fomentar o crescimento do turismo interno” (SILVEIRA, 2002 *apud* CANDIOTTO, 2007, p. 223).

turístico, o turismo passou a ser uma realidade mais efetiva na realidade das comunidades da região, particularmente a partir de 2003. Vale destacar que, como a região do Vale do Ribeira abriga a maior remanescente de Mata Atlântica do Brasil e que as comunidades quilombolas, em sua maioria, estão embrenhadas em meio à mata, além de organizações com interesse no desenvolvimento turístico, organizações ligadas primordialmente à questão ambiental, como, por exemplo, a ONG SOS Mata Atlântica também se incluem nessa diversidade de atores.

Considerando que o turismo trabalha com o que Ouriques (2005) definiu “mercadoria paisagem”, as comunidades remanescentes do quilombola do Vale do Ribeira, com todo seu patrimônio cultural e paisagístico, apresentavam-se como um grande potencial turístico.

Nesse cenário, que contava com o incentivo do governo federal para potencializar o turismo em todas as regiões do país e nos diversos segmentos possíveis, as comunidades quilombolas, que ainda se encontravam em um processo de disputa pela posse do território, passaram a fazer parte de projetos que buscavam potencializar o turismo na região.

Diante disso, além das Pastorinhas, do movimento negro, da CPT, do MAB, do MOAB, da Equipe de Articulação e Assessoria às Comunidades Negras do Vale do Ribeira (EAACONE) e de outras organizações que foram se juntando ao processo com o decorrer da luta pelos territórios, a diversidade e a quantidade de atores que realizam a mediação por meio da assistência técnica, pesquisa e extensão com as comunidades diversifica consideravelmente.

Várias são as razões que proporcionaram o aumento desses atores (intelectuais), contudo, para delimitação de nosso trabalho, destaca-se, entre outros fatores, a própria reorganização dos serviços convencionais de assistência técnica e extensão rural que, após um período de escassez, começaram a ser reestruturados com a PNATER.

Com a formulação do PNATER e o incentivo a partir do PNTRAF, por meio do MDA em articulação com o MTUR, as diversas empresas estatais de assistência técnica e extensão rural em seus devidos estados passaram a compor equipes com a finalidade de capacitar o agricultor rural para atividades ligadas ao turismo.

Além disso, há a ação de Universidades, por meio de projetos de pesquisa e extensão, como o caso da Unicamp, com o projeto Programa Comunidades Quilombolas (PCQ), e de organizações do terceiro setor, como o Instituto Social Ambiental (ISA), que, apesar de ter como objetivo principal a preservação ambiental, também desenvolveu projetos ligados ao turismo com as comunidades.

Visto que as comunidades remanescentes de quilombos do Vale do Ribeira são grupos que se organizam pelo pertencimento, pela ancestralidade negra transmitida de geração em geração ao longo dos tempos e pelas práticas de resistência na manutenção de seus modos de vidas que contrastam com territorialidade do capital, e o turismo é uma atividade que se desenvolve primordialmente sobre uma lógica fetichista e espetacular “que mercantiliza o tempo livre e transforma o valor de uso do território em valor de troca” (OURIQUES, 2005, p. 86), considera-se que existe uma clara contradição entre os princípios das comunidades quilombolas, que

desenvolve uma identidade coletiva e de contraposição aos projetos de hegemonia do capital, e o desenvolvimento do turismo, entendido como uma apropriação capitalista do tempo e do espaço.

Apesar das contradições entre os quilombolas, antigo reduto de resistência e de luta da população negra, durante muito tempo criminalizado, e até os dias atuais sem ter seu pleno direito à propriedade assegurado, e o turismo, atividade que se desenvolve sob a luz do desenvolvimento capitalista, da mercantilização e do consumismo, o fato é que o turismo se apresenta quase que de forma inevitável. Diante dessa imposição, torna-se imprescindível que se estabeleça um processo de estudos e de debates para que as comunidades possam se preparar da melhor forma possível para lidar com o avanço do turismo sobre os seus territórios.

Nesse sentido, compreende-se que o processo constituído particularmente através da ação da Unicamp com o PCQ e do ISA com a elaboração do Circuito Quilombola gerou elementos de mediação consideráveis para se construir uma alternativa com e pelas comunidades. Em tempos de neoliberalismo, observa-se que a mediação/relação nesses casos estabelece elementos teóricos e práticos compromissados com a identidade e emancipação das comunidades, criando espaços coletivos de estudos e de decisões sobre as possibilidades ou não do turismo nas comunidades.

Com referência em Novaes (2012, p. 133), considera-se que o serviço de extensão rompe como o modelo difusionista e de transferência tecnológica e desenvolve-se com o objetivo de “fortalecer a capacidade de gerar conhecimentos, já existente na



comunidade – capacidade de questionar, analisar e testar possíveis soluções para os próprios problemas”.

Dentro dos limites e possibilidades dados pela própria lógica neoliberal, que determina as ações de cima para baixo, observa-se que algumas mediações construídas entre algumas instituições que desenvolvem pesquisa e extensão com a comunidade buscam fortalecer a capacidade de “autoaprendizagem” para a autogestão de seus territórios.

## **Referências**

ABRAMOVAY, Ricardo. **O futuro das regiões rurais**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

BONETTI, Lucas A.; CANDIOTTO, Luciano Z. P. **Políticas públicas federais de turismo rural e o turismo rural na agricultura familiar TRAF. XXI Encontro Nacional de Geografia Agrária**. Território em disputa: os desafios da geografia agrária nas contradições do desenvolvimento brasileiro. Uberlândia, 2012. Issn: 1983-487X

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Lisboa: Ed. Difel.: Ed. Bertrand, 1989.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Plano Nacional de Turismo: Diretrizes, Metas e Programas**. Brasília: Mtur, 2003.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural**: Versão Final, Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Secretaria de Agricultura Familiar (SAF), Brasília: Grupo de Trabalho Ater, 2004.

CANDIOTTO, Luciano Z. P. **Turismo rural na agricultura: uma abordagem geográfica do circuito italiano de turismo rural (CITUR), Município de Colombo - PR**. 2007. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Santa Catarina, 2007.  
CAPORAL, Francisco Roberto. **A extensão rural e os limites à prática dos extensionistas do serviço público**. 1991. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) – Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria, 1991.

CARNEIRO, Maria José. Ruralidade: novas identidades em construção. *In: O novo mundo rural, sustentabilidade, globalização*. Estudos sociedade e agricultura. N. 11, Rio de Janeiro: UFRJ, out. 1998.

FONSECA, Maria Teresa Lousa da. **A extensão rural no Brasil, um projeto educativo para o capital**. São Paulo: Edições Loyola, 1985.

GONÇALVES, Carlos W. P. A territorialidade seringueira: geografia e movimento social. **GEOgraphia**, Ano 1, n. 2, 1999.  
GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. Edição e tradução de Carlos Nelson Coutinho. coedição Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: civilização brasileira, 2001. Vol. 2.

GRAZIANO DA SILVA, José. **O novo rural brasileiro**. 2ª. Ed. Campinas, SP: Unicamp, IE, 2002.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Moraes, 1991.

LINERA, Alvaro Garcia. **A potência plebeia**. São Paulo: Boitempo, 2010.

MARSDEN, Terry. Reestructuring rurality: from order to disorder in agrarian political economy. **Sociologia Ruralis**, Holand, v. 29, n. 3/4, p. 312-317, 1989.

MELO, Thiago Sebastião; SOUZA, José Gilberto. Reforma agrária e turismo: primeiras aproximações teórico-críticas. **Agrária**. São Paulo, n. 14, p. 121-139, 2011.

MENÉDEZ, Luiz Sanz. Tendencias recientes em las zonas rurales: de la industrialización a los servicios? **Agricultura y Sociedad**, Madrid, n. 36/37, jul./dec. 1985.

MINGIONE, E.; PUGLIESE, E. A difícil delimitação do “urbano” e do “rural”. **Revista crítica de Ciências Sociais**, Lisboa, v. 22, p. 83-89, abr. 1987.

MOURA, L P. **Diagnóstico do potencial turístico dos assentamentos rurais do município de Rosana**. 2005. 15 f. Projeto de Pesquisa enviado a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo. Rosana: Campus Experimental de Rosana, 2005.

NASCIMENTO, Claudio. **A Autogestão Comunal**. Marília: Lutas anticapital, 2019.

NOVAES, Henrique Tahan. **Reatando um fio interrompido** – a relação universidade movimentos sociais na América Latina. São Paulo: Expressão Popular: Fapesp, 2012.

OLIVEIRA, Pedro Cassiano Farias de. **Extensão rural e interesses patronais no Brasil: uma análise da Associação Brasileira de Crédito e Extensão Rural – ABCAR (1948-1974)**. 2013.

Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, 2013.

OURIQUES, Helton R. **A produção do turismo: fetichismo e dependência**. Campinas, SP: Editora Alínea, 2005.

PINTO, Maria Ap. Mendes. **MOAB: A saga de um povo**. Iguape: Gráfica Sonset, 2014.

PIRES, João Henrique Souza. **Uma análise da proposta de formação técnica para o processo de transição agroecológica na escola “José Gomes da Silva”, MST-PR**. 2016. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Filosofia e Ciências – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita”, Marília, 2016.

RAMEH, Ladjane Milfonte; SANTOS, Maria Salette Tauk. Extensão rural e turismo na agricultura familiar: encontro e desencontros no campo de Pernambuco. **Caderno Virtual de Turismo**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 1, p.49-66, abr. 2011.

RODRIGUES, Cyro Mascarenhas. Conceito de seletividade de políticas públicas e sua aplicação no contexto da política de extensão rural no Brasil. **Cadernos de Ciência e Tecnologia**, Brasília, v. 14, n. 1, p. 113-154, 1997.

SANTOS, Milton. **Economia Espacial: Críticas e Alternativas**. 2ª. Ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.

SEMIONATTO, Ivete. Classes subalternas, lutas de classe e hegemonia: uma abordagem gramsciana. **Rev. Katál**, Florianópolis, v. 12, n. 1, p. 41-49, jan./jun. 2009.

SOUZA, J.G. A Geografia agrária e seus elementos de crítica sobre o avanço do capital monopolista no campo brasileiro. **Canadian Journal of Latin American and Caribbean Studies**, v. 34, p. 147-176, 2010.

ZIBECHI, Raul. **Dispersar el poder**. Buenos Aires: Tinta Limon, 2006.